

Entende que o "*caso levado à jurisdição informa a prática de ato ilícito perpetrado por mais de um autor, ou seja, TERC LINE e BANCO ITAÚ S/A, conseqüentemente, insofismável que, por suas ofensas, estão obrigadas solidariamente, conforme preceito do Código Civil*", concluindo que "*o prazo prescricional é interrompido quando ocorre a citação válida de um dos devedores solidários*". Sustenta que não teria ocorrido a prescrição intercorrente na espécie, pois "*o desarquivamento do feito foi noticiado às partes no dia 22/06/2004 e, apenas, em 29/12/2006 foi determinada a intimação pessoal da parte autora para dar andamento ao feito*". Destaca que "*a determinação para intimar pessoalmente a parte somente foi cumprida pela Serventia do Juízo de primeiro grau no dia 22/02/2007 (fls. 108) e, apenas, em 29/03/2007 ocorreu à juntada do mandado de intimação aos autos, momento em que a recorrente já havia dado cumprimento a determinação judicial, especificamente, no dia 22/03/2007*".

Este recurso, todavia, não comporta conhecimento.

É inequívoco que o Tribunal de origem não apreciou o caso nos termos apresentados pelo recorrente, encontrando o conhecimento do recurso óbice na Súmula 282/STF.

Para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Cumprе observar, que o Código de Processo Civil de 2015, em seu artigo 1.025, não autoriza o entendimento de que a oposição de embargos declaratórios, por si só, já supre o prequestionamento. Observe-se que somente se consideram como inclusas na decisão recorrida as questões suscitadas em embargos de declaração quando "*o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade*", de modo que a jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que a aplicação do quanto disposto neste dispositivo legal tem como pressuposto a indicação em sede de recurso

especial de violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, permitindo a esta Corte apreciar se haveria ou não omissão que devesse ter sido sanada com a oposição dos embargos declaratórios. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. NEGÓCIO JURÍDICO SIMULADO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

1. Ação de anulação de negócio jurídico de transferência de cotas sociais.

2. Não havendo discussão no acórdão recorrido acerca de dispositivos legais indicados como violados, inobstante a interposição de embargos de declaração, inviável o conhecimento do recurso especial.

3. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15) exige que, nas razões do recurso especial, seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao órgão julgador verificar a existência do vício invocado, circunstância não verificada no particular.

4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência implica o não conhecimento do recurso quanto ao tema.

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta 3ª Turma acerca da questão.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(AgInt no REsp 1681906/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. SUPOSTA AFRONTA AOS ARTIGOS 104, INCISO II, 151 E 166, INCISO II, DO CC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 282/STF. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO RECONHECIDO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

- 1. As matérias referentes aos arts. 104, inciso II, 151 e 166, inciso II, do CC, não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula n. 282/STF).*
- 2. Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.*
- 3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).*
- 4. O acolhimento da pretensão recursal, a fim de reconhecer o alegado vício de consentimento, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, e impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do dispositivo constitucional.*
- 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1347988/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019)*

Dito isto, não há no acórdão qualquer consideração acerca da natureza da obrigação, se seria ou não solidária, pressuposto para que a questão restasse prequestionada. Concomitantemente, o Tribunal de origem em nenhum momento apreciou se estariam ou não presentes os requisitos para reconhecer a prescrição intercorrente.

Note-se que o acórdão recorrido está calcado em uma interpretação do artigo 219 do Código de Processo Civil de 1973, no sentido de que a interrupção da contagem do prazo prescricional dependeria da citação de todos os réus. Transcrevo o trecho pertinente do acórdão recorrido:

"Destarte, considerando-se que até hoje a parte Ré ainda não foi citada, com idas e vindas dos autos e inúmeras diligências infrutíferas, inclusive com expedições de ofícios para vários órgãos, forçoso se reconhecer a prescrição, cujos efeitos se estendem ao co-réu, justamente em razão da sobredita previsão processual no sentido de que a interrupção da prescrição se dará com a citação dos réus, leia-se todos os réus." (e-STJ fls. 234 e 261)

Como se pode observar, o Tribunal de origem não apreciou a questão da solidariedade nem a prescrição intercorrente, pressuposto para que se pudesse falar em prequestionamento das teses recursais.

Ainda que se pudesse superar este enunciado, é patente que a pretensão também encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Da leitura do acórdão recorrido não é possível verificar a veracidade da alegação de que *"o desarquivamento do feito foi noticiado às partes no dia*

22/06/2004 e, apenas, em 29/12/2006 foi determinada a intimação pessoal da parte autora para dar andamento ao feito", premissa fática de que parte a recorrente, restando claro que seria imprescindível o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos para tanto, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Do mesmo modo, da leitura do acórdão não é possível verificar se a obrigação seria ou não solidária, uma questão eminentemente fática, também sendo imprescindível o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos. Note-se que simplesmente não haveria como verificar tal questão sem a leitura da petição inicial e a apreciação dos pedidos formulados contra cada uma das partes, remetendo a elemento externo ao acórdão e, conseqüentemente, confirmando a aplicação da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NÃO CONHECER do recurso especial.

Em atenção ao art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, a título de honorários recursais, majoro os honorários arbitrados na origem (e-STJ fls. 190) em R\$ 500,00 (quinhentos reais), observada a gratuidade processual.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator